

## Economia versus vidas: dilema real ou falácia?

**YARA CONSUELO CINTRA**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro*

### Resumo

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou status de pandemia global para uma doença causada por um novo tipo do coronavírus, o SARS-CoV-2, que causa a doença COVID-19. O agente da pandemia, inicialmente identificado em meio a um surto de casos de doenças respiratórias na China, alastrou-se por todos os continentes, apresentando quase 5,5 milhões de casos no mundo. Não há vacina ou remédio comprovado cientificamente para a cura para a doença que, embora apresente-se de maneira assintomática para a maioria, pode levar à morte. Sendo assim, medidas não farmacológicas são vitais para reduzir o contágio e salvar vidas. Entretanto, tais medidas vêm suscitando oposição por, supostamente, afetar negativamente com a economia. Este artigo tem por objetivo discutir o importante tema em pauta, nos países ao redor do mundo, a respeito do balanceamento entre economia e saúde e explora o possível dilema entre salvar vidas ou a economia. Através de estudos e relatos o artigo mostra que a economia é afetada severamente pela pandemia e que há evidências de que a queda na economia é inevitável, bem como as medidas restritivas têm efeito significativo em salvar vidas e em parar o vírus e que, quanto antes isso ocorrer, mais cedo e forte será a recuperação econômica. Mais do que isso, precisamos pensar e planejar o pós-pandemia, aproveitando a oportunidade para implementar medidas alinhadas com a solução das mudanças climáticas e de um novo paradigma de desenvolvimento focado em uma nova ética, para um desenvolvimento sustentável e verdadeiramente democrático.

**Palavras-chave:** Covid-19, economia da pandemia, medidas não-farmacológicas, dilema, keynesianismo.

Ao longo da história, nada matou mais que doenças infecciosas. Nos últimos 15 anos, não faltaram previsões – artigos científicos, gurus de negócios, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e até a ficção – acerca de uma pandemia devastadora (Walsh, 2020). Uma pandemia é a disseminação em vários países de uma doença para a qual não há imunidade na maioria da população (OMS, 2010).

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou status de pandemia global para uma doença causada por um novo tipo do coronavírus. O agente da pandemia, inicialmente identificado em meio a um surto de casos de doenças respiratórias na China, na cidade de Wuhan, província Hubei, foi reportado em 31 de dezembro de 2019, tendo sido declarada a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em 30 de janeiro de 2020 (OMS, 2020; Ministério da Saúde [MS], 2020).

O vírus surgido em 2019 foi nomeado SARS-CoV-2 e a doença, COVID-19, acrônimo em referência ao agente causador e ano do seu surgimento. A doença apresenta um quadro clínico que varia de infecções leves a quadros respiratórios graves, com possíveis complicações em outros órgãos também detectadas. A maioria dos pacientes pode ser

assintomática e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dentre esses, aproximadamente 5% necessitam de suporte ventilatório para o tratamento de insuficiência respiratória. Uma parte dos acometidos pela doença não se recupera, vindo a óbito. Essa parcela tem sido predominantemente associada a condições específicas, por exemplo, idade e comorbidades. Entretanto, tem variado bastante de país a país, devido a diversos fatores, dentre eles, condições demográficas, socioeconômicas, além do acesso a saneamento, condições de higiene e serviço de saúde (Medscape, 2020; MS, 2020; OMS, 2020).

Tendo sido inicialmente detectado na China, o vírus alastrou-se por todos os continentes e, até 23 de maio de 2020, havia 5.297.114 casos confirmados em 215 países. Representa a mais séria ameaça à saúde pública desde a pandemia pelo vírus influenza H1N, em 1918, conhecida por Gripe Espanhola (Ferguson et al., 2020).

O contágio do SARS-CoV-2 se dá predominantemente no contato físico entre pessoas; através do ar, carregado por gotículas ou aerossóis de fluidos das vias respiratórias de pessoas contaminadas; e contágio indireto, pois o vírus pode sobreviver em superfícies fora do organismo humano por horas e até dias, sendo assim de fácil transmissão. Campanhas educativas quanto a medidas de higiene – lavar as mãos com água e sabão ou uso de álcool gel, higienizar objetos, não levar as mãos ao rosto – têm sido veiculadas a fim mitigar o contágio.

Não há vacina ou remédio comprovado cientificamente para a cura (National Institutes of Health, 2020). Universidades e institutos de pesquisa, em todo o mundo, correm contra o tempo para gerar, em tempo recorde, a vacina ou o medicamento. As autoridades médicas e sanitárias estão ainda aprendendo com a doença. Enquanto os estudos prosseguem, médicos no *front-line* aplicam tratamentos, caso a caso, e desenvolvem protocolos tentativos, com base em estudos preliminares, estudos de caso e resultados anedóticos.

Medidas não farmacológicas, aquelas que visam reduzir a possibilidade de transmissão do vírus sem o uso de medicamentos específicos, passam a ser de vital importância (Colbourn, 2020). Os diversos países passaram a adotar medidas restritivas, tais como o *lockdown* ou confinamento, isolamento, quarentena e distanciamento social. Embora os conceitos apresentem diferenças entre si e estejam sendo usados com significados distintos nos países, a ideia subjacente é reduzir o contágio da doença.

O distanciamento obtém redução da taxa de transmissão (R) da COVID-19 e reflete em um achatamento da curva de casos que, por sua vez, evita sobrecarregar o Sistema de Saúde para que tenha capacidade de atender aos doentes. Além do achatamento da curva, há estratégias ainda mais radicais, como da Nova Zelândia, cujo objetivo foi eliminar o vírus e a doença, sendo suas intervenções não-farmacológicas ainda mais restritas (Cousins, 2020).

Alguns países, cujo caso mais divulgado é o Reino Unido, embarcaram em experimentos de *herd immunity* – a imunidade de rebanho – que não se mostraram efetivos ou ofereciam muitos riscos. Um importante marco é a divulgação de um estudo de pesquisadores do Imperial College (Ferguson et al., 2020) que calculava simulações de número de casos e óbitos para diversos países, explorando cenários com e sem a adoção de medidas restritivas de saúde pública. Nos relatórios 9 e 12 foram apresentados os resultados da modelagem epidemiológica que influenciou a formulação de políticas no Reino Unido e em outros países nas semanas posteriores. As projeções sem medidas restritivas mostravam números de casos e mortes alarmantes, causando mudança significativa nas estratégias de combate ao vírus. A

partir daí, o Reino Unido passa a adotar medidas restritivas de isolamento. A China foi outro exemplo bem sucedido de redução de casos através de medidas de contenção severas.

No caso brasileiro, DF, estados e municípios têm constitucionalmente competência normativa e administrativa local sobre a Saúde e, conseqüentemente, sobre as decisões visando a gestão local da pandemia, incluindo medidas restritivas e ordenaram medidas de confinamento, o fechamento de escolas, do comércio e restrição à circulação de pessoas, iniciando em 24 de março de 2020 (Exame, 2020).

Entretanto, há um conflito em curso entre governadores e prefeitos, de um lado, e o Presidente da República Jair Bolsonaro, que é contrário às medidas restritivas por acreditar que causam sérios efeitos na economia que, ele alega, o país não pode arcar. A despeito da epidemia, Bolsonaro defende que é preciso interromper imediatamente as restrições da quarentena, abrir o comércio e as escolas, enfim, fazer girar a economia. Nesse sentido, percebe-se o argumento retórico que contrapõe a economia *versus* a defesa de vidas, ensejando o objeto deste estudo.

Para diversos propósitos práticos, no campo da economia se utilizam métodos para avaliar o valor das vidas. A análise econômica convencional é centrada nas questões de custo-benefício, mas não faz considerações éticas. Sendo assim, em linha com a discussão de desenvolvimento (PNUD, 2000, p.21-22), seria ética a utilização de tais métodos em uma pandemia, sobretudo aquela na qual os principais ameaçados pela doença são os idosos e fragilizados? Quais seriam as conseqüências éticas da aplicação de políticas com base nesse método? É eticamente lícito o sacrifício de vidas com base em cálculos de bases econômicas?

Além do mais, “um nível decente de vida, nutrição adequada, atenção à saúde, educação, trabalho e *proteção contra calamidades* [grifo nosso] não são simples metas de desenvolvimento, *são também direitos humanos* [grifo nosso].” (PNUD, 2000, p. 8).

É certo que como resultado da pandemia, a economia mundial sofreu um baque. Entretanto, a queda na economia pode ser abordada por duas vertentes: a queda na atividade econômica devido às medidas não-farmacológicas de contenção da pandemia – as medidas restritivas incluindo os diversos graus de confinamento e distanciamento – ou a queda justificada pela própria pandemia global. Pode-se ainda considerar uma combinação das alternativas.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (2020, abril 6), “a pandemia do COVID-19 está infligindo altos e crescentes custos humanos em todo o mundo, e as medidas de proteção necessárias estão impactando severamente a atividade econômica.”. A instituição projeta uma queda acentuada da economia global com decréscimo de três pontos percentuais em 2020, resultado muito pior que o ocorrido na crise financeira de 2008-2009, período frequentemente referido como a “Grande Recessão” ou a “Grande Crise Financeira”. Assumindo-se que a pandemia é debelada no segundo semestre de 2020, e as medidas restritivas gradualmente suspensas, prevê-se para 2021 um crescimento mundial médio de 5.8%, com a normalização da atividade econômica e ajuda de políticas de suporte.

Os prospectos para o período pós-pandemia são preocupantes, já que, em períodos pós-recessão, o crescimento econômico acompanhado de estabilidade financeira não retorna aos mesmos níveis da situação anterior. Blanchard, Cerutti e Summers (2015) estudaram dados de 23 economias avançadas, a partir de 1960, e encontraram que os resultados pós-recessão podem permanecer abaixo dos patamares médios do PIB antes da recessão, além do

surgimento de problemas como estagnação, histereses e inflação desvinculada da atividade produtiva. Byrialsen, Olesen e Madsen (2020, p. 1) analisam que a constrição da atividade econômica causada pela COVID-19 e a consequente paralisação da economia, trazem a perspectiva de uma recessão prolongada e severa a seguir, entretanto, a “exata magnitude desse choque para a economia mundial é incerta, assim como a duração da presente recessão.”

Nas atuais circunstâncias, há um imperativo para medidas de inspiração keynesiana, cuja tradição “advoga que o gasto governamental, assim como o privado, gera no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado.” (Silva, p.141). Essas medidas financeiras de contenção à crise vêm sendo implementadas nos diversos países, em maior ou menor alcance, visando o auxílio às pessoas, às empresas e às organizações sociais. O Brasil, embora comparativamente a outros países como o Reino Unido e Estados Unidos, apresente medidas tímidas, o Ministério da Economia (2020) afirma que foram tomadas para atender a indústria, comércio e serviços, bem como os trabalhadores.

Eichenbaum e Trabandt (2020) estenderam o modelo de epidemiologia canônica para estudar a interação entre decisões e epidemias. Seu modelo encontrou que a epidemia pressiona ambos os lados – da oferta e da demanda – da atividade econômica, efeitos que trabalham juntos para uma recessão persistente. Eles mostraram que há um trade-off entre a gravidade de uma recessão de curto-prazo causada pela pandemia e as consequências de saúde da epidemia. Dito de outro modo, a decisão das pessoas de reduzir o consumo e o trabalho reduz a gravidade da epidemia, medida pelo total de mortes. Projetaram a melhor política simples de contenção que aumenta a gravidade da recessão, mas salva cerca de meio milhão de vidas nos EUA. Sendo assim, os autores entendem ser esta situação inevitável e seu equilíbrio, o principal desafio para os políticos. Também lembram que os impactos de longo-prazo, tais como falências, dificuldade de retomada do emprego e destruição de cadeias de suprimento, estão fora de seu modelo e devem ser levados em consideração em outros estudos.

Anderson et al. (2020) afirmam que os governos não serão capazes de minimizar tanto as mortes por COVID-19 como o impacto econômico da propagação do vírus. Manter a mortalidade mais baixa possível é a maior prioridade para as pessoas. Para isso, os governos devem implementar medidas para atenuar a inevitável crise econômica. Quanto a isso, o FMI (2020) afirma que é “fundamental priorizar a contenção e fortalecer os sistemas de saúde em todos os lugares. O impacto econômico é e será grave. Mas quanto mais rápido o vírus parar, mais rápida e mais forte a recuperação será.”

Em um estudo focando um período de pandemia, Correia, S., Luck, S. & Verner (2020) usaram dados econômicos de cidades dos EUA, durante a gripe espanhola de 1918, para comparar os efeitos das medidas tomadas pelas cidades para conter a disseminação da doença e o impacto dessas medidas na economia. Tais medidas não-farmacológicas incluíram, dentre outras, o fechamento de escolas, igrejas e outros locais para evitar aglomerações, quarentena de casos suspeitos e horas de trabalho restritas. Os resultados mostram que as cidades que tomaram essas medidas mais cedo, e por mais tempo, tiveram redução na mortalidade e uma recuperação da economia mais rápida. Por outro lado, as cidades que não fizeram nada disso, a mortalidade foi elevada e o impacto da pandemia na economia, não só foi significativo, como essas cidades levaram maior tempo para conseguir voltar a crescer. Esse impacto econômico se deu tanto em nível de abastecimento quanto em nível de demanda.

## Conclusão

Infelizmente enquanto este texto era escrito, o Brasil apresentava 363,618 casos de Covid-19, atrás apenas de Estados Unidos, tendo chegado ao totalizando mais de 22.716 mortos, além de recorde de 1.179 mortes no dia 19 de maio. Paralelo a isso, a economia vem caindo de maneira dramática, sendo a projeções do PIB para 2020 de 4,1% negativos, taxa de desemprego subindo para 12,2% atingindo 12,9 milhões de pessoas, dólar a R\$5,50, bem como fuga recorde de capitais estrangeiros. Em suma, não estamos indo bem na contenção da pandemia e nem na economia.

As medidas de restrição tomadas pelos governos estaduais e municipais estão sendo contestadas pelo discurso do presidente Jair Bolsonaro, que é contrário ao isolamento, por acreditar que este causa sérios efeitos na economia. Seu discurso encoraja a população a desafiar o confinamento e, juntamente com outras razões, vem causando menor adesão ao isolamento e dificultando o distanciamento. Entretanto, há evidências de que a queda na economia é inevitável, que as medidas restritivas têm efeito significativo em salvar vidas e em parar o vírus e que, quanto antes isso ocorrer, mais cedo e forte será a recuperação econômica.

Mais do que isso, precisamos pensar e planejar o pós-pandemia. Não se deve desperdiçar a oportunidade de implementar medidas alinhadas com a solução das mudanças climáticas e de um novo paradigma de desenvolvimento focado em uma nova ética, para um desenvolvimento sustentável e verdadeiramente democrático.

Ideias para o futuro têm sido discutidas, até por países, e pode-se refletir em medidas globais e locais. Uma nova economia de baixo carbono; um *Green Deal*; economia *donut*, que considera limites do meio ambiente. Para o Brasil, além desses, pode-se analisar a centralização de nossos programas sociais, gerando um programa de renda mínima universal que permita vida digna; uma reforma tributária visando evitar a concentração de renda de hoje; e fortalecer nossa posição em ciência, tecnologia e saúde. Que em breve possamos falar de lições aprendidas.

## Referências

[Byrialsen, M.R., Olesen, F. & Madsen, M.O. \(2020\). \*COVID-19 and the global recession: the imperative need for a Keynes solution\*. Aalborg University, MaMTEP, Department of Business and Management.](#)

Colbourn, T. (2020). COVID-19: extending or relaxing distancing control measures. *The Lancet Public Health*, 5 (5), 236–237, published: March 25, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30072-4](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30072-4).

Coletta, R.D. (2020, março 24). *Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia*. Folha de S. Paulo. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/em-pronunciamento-bolsonaro-critica-fechamento-de-escolas-ataca-governadores-e-culpa-midia.shtml>.

*Constituição Federal da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. (1988). Diário Oficial da União. Brasília, DF.

Correia, S., Luck, S. & Verner, E. (March 30, 2020). Pandemics depress the economy, public health interventions do not: evidence from the 1918 flu. *SSRN*. Recuperado de: <https://ssrn.com/abstract=3561560>. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3561560>.

Cousins, S. (2020). New Zealand eliminates COVID-19. *The Lancet*, 395(10235), 1474. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31097-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31097-7).

Exame. (2020, março 24). *Coronavírus: SP e RJ começam maior quarentena do país*. Revista Exame online. Recuperado de <https://exame.com/brasil/sp-e-rj-comecam-maior-quarentena-do-pais/>.

Ferguson, N. M., Laydon, Nedjati-Gilani, D.G. et al. (2020, março 16). Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. *Imperial College London*. DOI: <https://doi.org/10.25561/77482>.

Fundo Monetário Internacional (2020, março 23). *COVID-19 Economic Outlook Negative, But Rebound in 2021* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.imf.org/external/mmedia/view.aspx?vid=6144138845001>.

Fundo Monetário Internacional (2020, abril 6). *World Economic Outlook, April 2020: The Great Lockdown*. Recuperado de <https://www.imf.org/en/publications/weo>.

G1 (2020, abril 6). *Coronavírus: veja a cronologia da doença no Brasil*. G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml>.

Medscape (2020). *Novel Coronavirus (COVID-19)*. Recuperado de <https://www.medscape.com/resource/coronavirus>.

Ministério da Economia. (2020). *Medidas de apoio ao setor produtivo*. Recuperado de <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/covid-19>.

Ministério da Saúde. (2020) *Coronavirus (Covid-19)*. Recuperado de <https://coronavirus.saude.gov.br/>.

National Institutes of Health. (2020, Maio 12). *Potential Antiviral Drugs Under Evaluation for the Treatment of COVID-19*. National Institutes of Health, U.S. Department of Health & Human Services. Recuperado de <https://www.covid19treatmentguidelines.nih.gov/antiviral-therapy/>.

Organização Mundial de Saúde. (2010, fevereiro 24). *What is a pandemic?* Recuperado de [https://www.who.int/csr/disease/swineflu/frequently\\_asked\\_questions/pandemic/en/](https://www.who.int/csr/disease/swineflu/frequently_asked_questions/pandemic/en/).

Organização Mundial de Saúde. (2020, maio 4). *How has WHO responded to COVID-19* [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://youtu.be/qHksVwOrpbE>.

Organização Mundial de Saúde. (2020). *Coronavirus disease (COVID-19) pandemic*. Recuperado de <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1991). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1991*. New York: Oxford University Press.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2000*. New York: Oxford University Press.

Robinson, J. C. (1986). Philosophical origins of the economic valuation of life. *The Milbank Quarterly*, 64 (1),133-155.

Supremo Tribunal Federal. (2020, maio 23). *STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19* Recuperado de <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447>.

Silva, R.N. (2012). *O processo de construção do problema da pobreza no Brasil* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Walsh, B. (2020, March 26). *Covid-19: The history of pandemics*. BBC Future. Recuperado de <https://www.bbc.com/future/article/20200325-covid-19-the-history-of-pandemics>.

Worldometer (2020, maio 23). *COVID-19 Coronavirus Pandemic*. Recuperado de <https://www.worldometers.info/coronavirus/>.

Anderson, R. M., Heesterbeek, H., Klinkenberg, D., Hollingsworth, D. & Déirdre, T. (2020, Março 6). How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *The Lancet*, 395. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30567-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30567-5)